

ABUSO

A CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL

Ana Paula Araújo

GLOBALIVROS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Vou sobreviver?
2. Quem vai me apoiar agora?
3. Entre tantos homens, por que nenhum tentou impedir?
4. O que houve com aquele homem que eu amava?
5. Não era para ele ser um segundo pai?
6. A família é mais importante que eu?
7. Como meu próprio pai pôde fazer isso comigo?
8. Não era aqui que iriam cuidar de mim?
9. Onde estão as mentes abertas e evoluídas da universidade?
10. Mas será que não posso nem pegar um ônibus?
11. Eu depusitei a minha esperança nele
12. Aqui na cadeia, estuprador não tem vez
13. Eu sei que não sou culpada, mas por que me sinto assim?
14. Mais amor, por favor
15. Será que dá para entender?

16. O que diz a lei

PALAVRAS FINAIS

ONDE POSSO ENCONTRAR AJUDA?

AGRADECIMENTOS

NOTAS

CRÉDITOS

Para minha filha Melissa.

*Nossas mentes estreitas sequer são capazes de compreender
tudo o que poderíamos ganhar se as mulheres fossem livres
para se desenvolver sem medo.*

SOHAILA ABDULALI

INTRODUÇÃO

TODA MULHER CONVIVE COM O fantasma do abuso sexual. Há as que de fato foram estupradas e carregam sequelas por toda a vida, muitas vezes mesmo sem perceber como isso influencia seus comportamentos. E há aquelas que, mesmo sem ter sentido na pele esse tipo de violência, o tempo todo evitam lugares, pessoas, roupas e horários por medo de um estupro. Muitas de nós buscam escapar diariamente de investidas abusivas no trabalho, na escola, no transporte público, ou, o que é pior, dentro de casa. A maior parte dos homens não tem ideia de como é esse dia a dia, mas a verdade é que é uma vida de estratégias mentais e práticas para evitar ser tocada contra a vontade.

Estupro é o único crime em que a vítima é que sente culpa e vergonha. Sim, é crime, mas é algo tão comum e normalizado em nosso país — que ostenta a triste estatística de ser palco de um estupro a cada onze minutos (segundo dados do Fórum

Brasileiro de Segurança Pública — FBSP) —, que quem o sofre acha que é culpado por ele, uma vez que a sociedade em si também alimenta essa mentalidade. Há uma imensa parte da população, carente de esclarecimento, educação e políticas públicas, que ainda acha que a mulher que “não se dá ao respeito” merece ser estuprada, que roupa decotada pode induzir um homem a se tornar um estuprador, que muitas mulheres mentem quando dizem que sofreram abuso para prejudicar o homem ou, ainda, que “homem é assim mesmo”. É um pensamento arcaico, machista, retrógrado e cruel, que, infelizmente, também está presente nas nossas instituições, que deveriam defender as pessoas estupradas, e não as acusar ou as constranger. Provavelmente por isso, na maior parte das vezes, a vítima se cala, não conta, não compartilha, e não registra queixa ou denúncia.

Além disso, há casos em que as vítimas simplesmente não entendem que foram abusadas, como quando crianças acham que algo errado aconteceu, mas não sabem exatamente o quê. Há aquelas que apenas apagam o abuso da memória e só vão se lembrar dele anos depois. Mesmo mulheres adultas podem ter dificuldade de entender que foram estupradas. Quando o agressor é o marido, o namorado ou algum ex-companheiro, acham que ele só forçou um pouco a barra, mas que “tudo bem”. Quando pararam de lutar contra o agressor, acharam que não era mais estupro, já que tinham cedido, mas elas simplesmente ficaram sem forças diante do estuprador.

Quando bebem e são abusadas, as mulheres acham que são culpadas e por isso não interpretam o caso como estupro. Em geral, se não houve penetração, também podem achar que não houve crime.

Se a vítima já tem todas essas dificuldades para elaborar para ela mesma o que aconteceu, imagine diante de familiares, amigos, autoridades policiais, promotores, juízes... No hospital ou posto de saúde, na delegacia, no tribunal, serão muitas as vezes em que uma vítima vai precisar repetir e reviver o crime quando decidir denunciar. Não é fácil. Descrever o que aconteceu para amigos e parentes — e, muitas vezes, acusar alguém próximo de todos — também é bem complicado.

Se contar, mesmo para as pessoas mais próximas, já é uma decisão das mais difíceis, denunciar, então, é para poucas, e essas poucas que têm coragem de fazê-lo encontram praticamente nenhum apoio. Infelizmente, mais de 90% dos municípios brasileiros não possuem uma Delegacia da Mulher. Nas delegacias comuns, em geral, as vítimas costumam enfrentar pouco caso, deboche e descrédito das autoridades. Seguir com a investigação é ainda mais raro. Se até mesmo as investigações de homicídios no Brasil não andam, imagine as de um crime cometido quase sempre sem testemunhas e sem provas físicas.

Uma prova física possível é quando o estupro deixa marcas de violência, mas muitas mulheres congelam no momento e não lutam contra o agressor. Outras demoram a procurar

atendimento e as provas desaparecem do corpo. O DNA do estuprador também pode ser uma prova física, mas muitos criminosos alegam que houve relação sexual consensual e o caso acaba ficando controverso para as autoridades, sendo a palavra da vítima contra a do agressor. E, para piorar, a vítima muitas vezes faz um depoimento truncado, com trechos em que não consegue descrever o que passou e lembranças de momentos que só vêm em forma de flashes, e isso causa descrédito e acaba se voltando contra ela própria no processo judicial.

Buscar atendimento médico também não é simples. O direito aos remédios contra infecções sexualmente transmissíveis, à pílula do dia seguinte e ao aborto em caso de gravidez decorrente do estupro é garantido por lei, mesmo que não haja queixa na polícia, mas a lei não funciona como deveria. O que mais comumente se vê é falta de medicamentos em postos de saúde, profissionais de saúde desinformados ou até que se recusam a cumprir o dever por desconhecimento da lei, preconceito ou convicções e crenças pessoais. Sem falar no exame físico de corpo de delito, que é, no mínimo, desconfortável e constrangedor, e que deve ser feito logo após a vítima ter sofrido com o crime, e que pode gerar novos traumas para uma mulher já tão fragilizada.

Diante desse cenário, a estimativa é de que apenas 10% dos casos de estupro sejam denunciados no Brasil. Ou seja, 90% das vítimas não falam nada, seja por medo, pela vontade

de esquecer, pela dificuldade em entender e aceitar que houve mesmo um estupro, por descrédito na eficiência da lei, mas, principalmente, pela culpa e pela vergonha.

Desde 2009, o Brasil tem uma lei mais abrangente para crimes sexuais. Até então, estupro era definido como “sexo forçado por um homem contra uma mulher, com penetração vaginal”. Sexo anal, oral, apalpação, penetração com dedos ou com objetos, por exemplo, estavam na categoria de “atentado violento ao pudor”. Agora, todos esses atos podem ser enquadrados como estupro. Além disso, mulheres também podem ser consideradas estupradoras (apesar de casos desse tipo serem raros, encontrei, durante minhas pesquisas, uma mulher que foi vítima de abuso sexual praticado por uma babá).

Com essa mudança na lei, a quantidade de registros de casos de estupro cresceu, mas ainda é difícil chegar a um número próximo da realidade. A última estatística (até o lançamento deste livro) divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública é de 66.041 vítimas em 2018 em todo o Brasil. Esse número por si só já seria assustador, mas a verdade é que é apenas a ponta do problema, porque sabemos que isso corresponde a cerca de um décimo do que verdadeiramente acontece.

O outro caminho também é bem difícil, ou seja, tentar simplesmente esquecer e seguir em frente traz um sentimento de injustiça, de impotência, de raiva represada. Quem não

conta nem para a família vive uma sensação permanente de ter um segredo guardado, com todo o peso e o ônus que isso traz, principalmente quando acontece na infância e isso é levado pela vida adiante.

Crianças atacadas por pessoas conhecidas são as mais amedrontadas e as que mais se calam. Geralmente, sofrem ameaças (“Se você contar para alguém, eu mato seus pais.”) e acabam não contando nada para ninguém, e, quando o fazem, ainda correm o risco de serem acusadas de mentir, fantasiar ou inventar. Sensível a essa dificuldade, a lei brasileira mudou em 2012 e, desde então, menores de idade vítimas de abuso têm um prazo de vinte anos para denunciar o crime a partir do momento em que completam dezoito anos, e não mais a partir do fato. Mesmo assim, poucas mulheres fazem essa denúncia tardia.

Sobre mulheres e homens adultos que foram abusados na infância, vemos que o trauma continua lá, mesmo depois de muito tempo, porque, quando falam do assunto, aparecem as lágrimas, a revolta, a dor, e aparecem também as histórias de dificuldade de relacionamento, de problemas sexuais, de questões com a autoestima e a imagem corporal, e também as consequências em forma de insônia, depressão, automutilação, pensamentos suicidas, vícios e agressividade. Especialistas dizem que é possível superar o que aconteceu e se livrar de todos esses sintomas, mas esse não é um caminho fácil. E sempre será uma experiência das mais fortes, daquelas que

moldarão a vida de quem passou por isso, mesmo que inconscientemente. A maneira de lidar com o trauma vai depender muito da estrutura psíquica da vítima, do apoio familiar e de amigos. Muitas vezes, quando é necessário, também de disposição, orientação e dinheiro para ter apoio profissional terapêutico particular, que é caro e para poucos, já que não é possível obter esse serviço de forma gratuita em todo lugar.

Por tudo isso, os estupradores ficam livres. Livres da cadeia e de qualquer constrangimento, culpa, peso na consciência ou remorso, protegidos pela cultura do estupro que prevalece no país. Eles, sim, seguem com suas vidas como se nada houvesse acontecido. Apenas a minoria vai presa e paga pelo crime com a privação da liberdade e com a condenação social que vem dos próprios presidiários. Sim, porque acusados de assassinato, tráfico de drogas ou qualquer outro crime simplesmente abominam estupradores, e têm suas próprias leis dentro do sistema carcerário, que precisa separar esses criminosos para que eles não sejam executados pelos outros detentos.

Diante desse panorama que acabei de descrever, por ser jornalista e conviver diariamente com notícias que retratam esse cenário, por ser mulher e mãe de uma adolescente e por me indignar com essa realidade que causa tanto sofrimento a tantas mulheres diariamente, resolvi escrever este livro. Mas também porque já sofri muito com essa cultura de violência sexual. Perdi a conta das vezes em que fui apalpada em locais

lotados de gente. E em lugares ermos, foram inúmeras as vezes em que surgiu um desconhecido e eu fingi que estava ao telefone com alguém, ou acenei para o além, para parecer que não estava sozinha. Homens nessas mesmas situações, no máximo, têm medo de assalto, mas nós, mulheres, já pensamos logo em estupro. Relato aqui neste livro um caso que aconteceu comigo dentro de um ônibus. Foi o máximo que quis contar, mas eu sei que falar sobre o assunto, tratar dele e debater sobre suas causas e consequências, colocando-o sobre a mesa, traz desconforto, mas também consciência, que é o primeiro passo para que possamos mudar essa triste realidade. E eu quero que ela mude.

Para escrever estas páginas, fiz uma extensa pesquisa e conversei com todos os personagens envolvidos na questão aqui tratada. Entrevistei vítimas e abusadores. Falei com profissionais da saúde, da justiça, com policiais, carcereiros, pesquisadores e autoridades. Foram quase cem pessoas, de norte a sul do Brasil, em lugares como Rio de Janeiro, Belém, Ilha de Marajó, Porto Alegre, Teresina, Recife e São Paulo. O que encontrei foram vítimas de todas as idades, classes sociais e níveis de instrução que foram violentadas nas mais diferentes situações, inclusive as mais corriqueiras, que fazem parte da vida de todos nós. Há mulheres abusadas a caminho do trabalho ou da escola, idosas atacadas enquanto dormiam dentro de casa e mulheres violentadas quando estavam em busca de atendimento espiritual. E há um número

impressionante de crianças, inclusive algumas muito pequenas, em casos que desafiam a nossa compreensão sobre a maldade humana.

Constatei que os abusadores também são de vários tipos. Entrei em cadeias, centros de ressocialização de menores e acompanhei um grupo de orientação para homens que foram flagrados enquanto abusavam de mulheres no transporte público. Nesses lugares, falei com jovens, idosos, homens de meia-idade, desempregados e profissionais com anos de experiência em suas áreas de atuação; senhores bem vestidos e outros mal-encarados. A maioria deles tinha família, muitos eram casados, alguns havia bastante tempo. Mas nenhum tinha diagnóstico de distúrbio mental; eles eram apenas homens que circulavam normalmente pela sociedade, pagavam suas contas, iam ao médico, frequentavam lojas e academias, andavam de ônibus. Ou seja, homens que estão ao nosso lado e que, em um dado momento, ou em vários, se acham no direito de abusar de uma mulher.

O único padrão encontrado na maior parte dessas entrevistas foi o relacionamento que o estuprador tem com a vítima. Na esmagadora maioria dos casos, os dois se conhecem. Podem ser vizinhos ou parentes, e, em grande parte dos casos, habitam a mesma casa. Diferentemente do que se passa no imaginário coletivo, em que o estupro remete a uma mulher agarrada à força por um desconhecido em uma rua escura e deserta — apesar de esses casos também

acontecerem, e muito —, a maior parte dos estupros ocorre mesmo no ambiente doméstico, familiar, em casa, onde todos deveríamos nos sentir protegidos.

E o mais triste de tudo isso é que as crianças são as mais atingidas. Sempre pensamos que, para cometer uma barbaridade dessas com inocentes, é preciso sofrer de algum distúrbio mental, como a pedofilia. Entretanto, o que as pesquisas, a estatística e a minha pesquisa mostraram é que não é assim. Os estupradores de crianças não costumam ter doenças psiquiátricas. Eles simplesmente fazem uma escolha pela vítima mais próxima, mais fácil de dominar, ameaçar e, às vezes, seduzir, por ser de tamanho menor, mais frágil e mais vulnerável. Sim, o estuprador é também um covarde. Na imensa maioria dos casos, não há nenhuma condição psiquiátrica que possa servir de atenuante para atacar uma criança. É apenas um ato de maldade e covardia.

Vou confessar que não foi fácil estar cara a cara com pessoas que cometem essas atrocidades. Como jornalista acostumada com reportagens difíceis, mantive minha raiva sob controle diante de estupradores, mas, por dentro, a revolta e a indignação me fizeram, por vezes, ter vontade de bater na cara deles, dada a frieza com que alguns faziam seus relatos. Também procurei manter a calma ao ouvir tantas histórias apavorantes da boca das vítimas e, por algumas vezes, chorei depois, sozinha, por imaginar a dor e o sofrimento pelos quais elas passaram. Porém, como mãe de uma menina de catorze

anos, não pude deixar de sentir uma pontada no peito a cada relato que envolvia criança que ouvi. E, como mulher, foi impossível não ter de volta à memória as experiências pelas quais passei.

Por mais dolorido e incômodo que seja falar desse assunto, eu sei que tratar diretamente disso é fundamental para que o problema comece a ser solucionado, e para que as pessoas parem de fingir que nada aconteceu. Felizmente, nunca se falou tanto e tão abertamente sobre estupro como nos dias de hoje, e em todo o mundo. Nos Estados Unidos, surgiu na internet o movimento *#MeToo*, que levou a inúmeras denúncias de abuso sexual e se espalhou pelo mundo. Por aqui, no Brasil, tivemos a campanha *#MeuPrimeiroAssédio*, em que mulheres foram para as redes sociais contar situações em que foram vítimas de abuso, e elas passaram a se sentir menos sozinhas, ao verificar que eram maioria, e não minoria. E foi assim que grandes escândalos vieram à tona.

Quando uma mulher vem a público, outras se sentem mais fortes para denunciar também, vendo que não são as únicas que sofreram, principalmente diante de abusadores famosos e com poder. Foi o que aconteceu nos casos do médico Roger Abdelmassih, especialista em reprodução humana, e do médium João de Deus, que chegou a receber o número inacreditável de mais de quinhentas acusações de abuso sexual. Eram ambos homens poderosos que já haviam enfrentado denúncias isoladas que não tinham dado em nada.

Mas o momento agora é outro. Por todo o mundo, as mulheres estão mais atentas, e pessoas públicas se manifestam em defesa das vítimas. Entretanto, ainda há um longo caminho para ser percorrido. Esse é um movimento que precisa ser fortalecido cada vez mais para que se espalhe por todas as camadas da sociedade.

Como mencionei anteriormente, estupro é o único crime no qual são as vítimas que sentem vergonha, mesmo depois de anos ou décadas. Por isso, neste livro, nomeei quase todas as pessoas citadas com pseudônimos, a pedido delas mesmas. Até as poucas que enfrentaram o difícil caminho para denunciar os abusadores não quiseram se expor ainda mais diante de familiares e conhecidos, e por isso também tiveram sua identidade protegida nestas páginas com uma troca de nome. A todas vocês, que dividiram histórias tão íntimas e dolorosas comigo, meu carinho e meu muito obrigada. Tenho certeza de que sua coragem vai ajudar muitas outras mulheres que passaram por situações semelhantes a também denunciar. Elas poderão sentir, ao ler o que está neste livro, que não estão sozinhas, e que seu ciclo de sofrimento pode ter fim.

Se até agora o comportamento do homem que assedia e abusa de uma mulher em nome da sua masculinidade é algo normalizado em nossa sociedade, que isso possa começar a mudar a partir da coragem das mulheres, que passam a não mais aceitar essa situação, denunciando, unindo-se e

apontando os verdadeiros culpados, que nunca são elas ou suas crianças.

É apenas começando a conscientizar as pessoas que poderemos dar um passo em direção à mudança da mentalidade que vitimiza tão cruelmente as pessoas, para que deixemos de ser uma sociedade violenta e insegura, de presas e predadores, e passemos a ser um grupo íntegro de seres humanos, que sentem empatia e respeito por seu semelhante. Que este livro seja mais uma gota de contribuição nesse sentido.

CAPÍTULO I

VOU SOBREVIVER?

EM UM CASO QUE FICOU tristemente famoso em todo o Brasil, quatro amigas adolescentes — Danielly, de dezessete anos, Jéssica e Renata, de quinze, e Iara, de dezesseis — foram agredidas, estupradas e jogadas de um penhasco de mais de dez metros de altura, na cidade de Castelo, no Piauí, em 2015. Uma delas morreu. Um adulto e quatro menores de idade foram acusados do crime.

A 180 quilômetros dali, na capital do estado, Teresina, dois anos depois, encontro com uma das sobreviventes desse crime bárbaro, que me relata os acontecimentos. No rosto de Jéssica, há ainda a marca de quando foi atacada com uma pedra por um dos bandidos, e ela tem também uma grande cicatriz na perna, resultado dos ferimentos por ter sido arrastada. Dos momentos de terror que viveu, guarda apenas lembranças em

flashes, um mecanismo de autoproteção muito comum entre as vítimas desse tipo de crime. A mente, em um esforço para lidar com um trauma violento, tenta sufocar as memórias para mitigar o sofrimento. Jéssica só se recorda com detalhes do que ocorreu até momentos antes do estupro coletivo.

Começou como uma tarde que qualquer adolescente gosta de ter. “No intervalo da escola, a gente tinha combinado de ir na casa da Renata. Depois da aula, fui para lá na minha moto, junto com a Iara, levando uma pizza. E leite condensado, para fazer brigadeiro. A Danielly também foi. Aí almoçamos e decidimos ir no Morro do Garrote para tirar umas fotos. O brigadeiro ficou esfriando na geladeira, para a gente comer quando voltasse. Nunca mais na minha vida deixei para comer nada depois.”

A beleza do Morro do Garrote não é tão impactante, mas a vista pega a cidade toda, e virou mania entre os jovens da região ir até o local para tirar *selfies* e publicar nas redes sociais. As amigas também queriam fazer os posts delas. Tiraram as fotos e começaram a voltar, descendo a trilha acidentada em fila indiana, com uma ajudando a outra pelo trajeto. No caminho, deram de cara com um jovem conhecido da vizinhança. Sem ainda entender o que estava para acontecer, mas já com um certo medo, chegaram para o lado para dar passagem para o rapaz, que parecia estar subindo o morro. Só que Gleisson estava com uma faca e mandou que elas dessem meia-volta.

“Não corre, não! Não corre, que é pior”, ele disse, já com a faca no pescoço de uma delas. Rendidas, foram obrigadas e subir novamente a colina até uma parte um pouco abaixo do mirante onde tinham ido tirar as fotos. Em um dado momento desse percurso, o celular de Jéssica tocou em seu bolso. Era sua mãe.

“Pensei em atender, só pra ela ouvir o que estava acontecendo”, ela lembra. “Perguntei baixinho para a Danielly se ela achava que eu devia atender, mas não consegui. O Gleisson percebeu e perguntou o que a gente estava cochichando. Aí ele pegou os aparelhos de telefone de nós todas e jogou no meio do mato.”

A caminhada chegou ao fim, e três das quatro meninas foram amarradas em uma árvore. Uma ficou solta, mas permaneceu sob constante ameaça do rapaz armado, e teve as roupas cortadas com a faca. O tempo todo, Gleisson falava que havia um chefe e que ele gostava de loirinhas. Jéssica, Iara e Renata ficaram tensas: elas tinham mechas douradas no cabelo, pois haviam feito luzes.

As amigas ainda tentaram negociar. Danielly, a que estava desamarrada, perguntou quanto ele queria para deixá-las ir embora, porém ele só dizia que elas eram “filhinhas de papai”. A menina soluçava, aos prantos, e ele a mandava calar a boca. Jéssica, por sua vez, percebeu uma oportunidade de reagir. Em um momento de distração do rapaz, ela conseguiu se livrar da corda que a prendia, pegou a faca e gritou: “Solta ela!”.

Gleisson então apanhou uma grande pedra e novamente se armou.

“Ele falou que, se eu não entregasse a faca e voltasse para a árvore, ia matar a Danielly com a pedra”, Jéssica continua a contar. “Aí voltei. Ele veio tirar a faca da minha mão e, quando chegou perto, atirou em mim aquela pedra enorme, e eu caí. Então eu só entreguei a faca, não podia fazer mais nada.” Com isso, Gleisson ficou ainda mais agressivo. Disse que elas iriam pagar caro por aquela “traição”.

A noite começou a cair e outros quatro homens chegaram. Por um período de duas horas, as adolescentes foram repetidamente estupradas. A partir de então, as lembranças de Jéssica vêm em dolorosas imagens fragmentadas, que foram surgindo ao longo dos meses subsequentes, como trechos de um filme de terror:

“Não lembro bem dos outros que chegaram depois, mas sei que tinha mais gente. Cada vez que uma de nós era desamarrada da árvore, era para ser estuprada. Na minha cabeça, uma hora eles iam soltar a gente, íamos pegar as motos sem roupa mesmo, pedir uma roupa na casa de uma amiga minha que mora lá perto, e seguir para casa. Mas, de repente, eles arrastaram a gente, e eu e a Lara seguramos a mão uma da outra com toda a força. Colocaram todas nós em pé perto do penhasco. A Renata ficou de costas, e me puseram de lado, com uma das camisas deles tapando o meu rosto. Jogaram a Lara primeiro. Eu só ouvi a pancada. Depois fui eu. Bati as

minhas pernas nas pernas da Iara e a testa em algum lugar. A gente estava com muita dor, mas a Iara falou para fingirmos que não estávamos sentindo nada e não fazermos barulho. Ainda ouvi lá em cima alguém dizer que sentia bastante dor. Quando consegui abrir os olhos, já estava tudo muito escuro.”

Jéssica lembra que Danielly foi a última a ser jogada: “Ela viu mais coisas que a gente. No hospital, ela falava que ia contar toda a história quando fosse para casa. Mas não deu tempo. Não era para ninguém ter morrido.”

Danielly Rodrigues Feitosa teve esmagamento dos ossos do rosto, lesões no peito e no pescoço. Passou por três cirurgias, mas sofreu uma hemorragia grave impossível de ser controlada e morreu dez dias depois do crime.

Naquela tarde de 27 de maio de 2015, a mãe de Jéssica estava na casa do cunhado, em um encontro da família, achando que a filha estava em segurança na casa da amiga. Quando escureceu, começou a ficar preocupada, porque a filha não tinha atendido ao celular nem retornado suas ligações. Foi quando um vizinho veio avisar que tinha visto um carro da polícia passar com as motos das meninas amarradas sobre a carroceria. A mãe entrou em desespero:

“Fui correndo para a delegacia e, chegando lá, não me deixavam ver a moto. Eu gritava que não queria levar a moto, só queria ver se era a da minha filha. Fiquei na delegacia e aqueles homens todos começaram as buscas pelas meninas. Depois que encontraram, uma amiga providenciou toda a

papelada do SUS, mas, nesse primeiro momento, não me contaram nada do que tinha acontecido. Quando fiquei sabendo de tudo, achei que minha filha estivesse morta. Então me disseram que não, que a Jéssica estava viva. Mesmo assim, eu paralisei, não conseguia mais andar. Me levaram para o hospital e então vi quando minha filha passou deitada na maca, com a cabeça enfaixada. Fiquei vendo a minha filha passar daquele jeito, toda ensanguentada. mas eu dizia para mim mesma que ela estava ali, viva.”

Jéssica quebrou o punho e o tornozelo, teve minifaturas na bacia, muitos cortes pelo corpo e na cabeça. Passou por duas cirurgias. A família, na época, escondeu os espelhos da casa para que ela não visse o ferimento no rosto causado pela pedrada. Com o tempo, as cicatrizes melhoraram, mas ainda estão lá, bem visíveis. Quando está com o pai, precisa usar calça ou saia comprida para esconder a grande marca que ficou na perna, porque ele não consegue olhar para ela sem entrar em sofrimento.

Os números relativos aos casos de estupro são imprecisos não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, principalmente porque a maioria das vítimas desse tipo de crime não costuma prestar queixa às autoridades.

No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que coleta e analisa diversos tipos de dados para

fundamentar políticas públicas, realizou, em 2013, uma pesquisa por amostragem baseada em entrevistas feitas em todo o país com 3.810 pessoas, e chegou à conclusão de que, a cada ano, cerca de 0,26% da população brasileira sofre violência sexual — o equivalente a quase 550 mil pessoas, se considerarmos a população brasileira em 2019. Comparando-se esse número com a quantidade de queixas prestadas nas delegacias, estima-se que apenas 10% dos crimes de estupro no país são efetivamente registrados pela polícia.

Em 2015, quando as amigas do Piauí foram violentadas, as delegacias por todo o Brasil contabilizaram 47.461 casos de estupro. Tendo como base a estatística do Ipea, o número real seria de alarmantes 474 mil estupros cometidos no país. Infelizmente, pelos registros, sabe-se que, de 2015 até os dias de hoje, esses números só aumentaram.

O Fórum Brasileiro de Segurança, organização sem fins lucrativos dedicada à compilação e análise de dados relacionados à violência, reúne, ano a ano, informações sobre a totalidade das denúncias realizadas e apuradas pelas secretarias de segurança de todos os estados do território nacional. O relatório relativo a 2018 divulgou o número desolador de 66.041 ocorrências de estupro registradas nacionalmente. Se fizermos um cálculo simples com a porcentagem apontada pelo Ipea, o verdadeiro total desse tipo de vítima no Brasil, apenas no ano de 2018, ultrapassaria a assustadora marca de 660 mil.

Os motivos para o silêncio das pessoas que sofreram essa violência são os mesmos em qualquer parte do planeta: elas sentem medo, vergonha e culpa e, muitas vezes, dependem financeiramente do agressor, como nos casos de crianças ou mulheres que toleram maridos que abusam dos filhos. No Brasil, acrescenta-se a essa lista a descrença no poder público. Muitas mulheres não fazem queixa porque acham que vão se expor realizando uma denúncia que não terá resultados efetivos. Talvez a confiança nas instituições explique o índice menos ruim, porém ainda baixo, de notificações de estupro nos Estados Unidos: 23% dos casos chegam à polícia, segundo um estudo publicado em 2018 pelo Departamento de Justiça Norte-Americano.

As diferentes taxas de notificação das vítimas, o tipo de trabalho realizado pela polícia e até mesmo as diferentes definições do que configura esse delito tornam difícil a comparação entre os países. Em 2010, a ONU divulgou um estudo mundial a respeito do tema que causou espanto. A Suécia apareceu com a maior taxa de violência sexual — 63 ocorrências por 100 mil habitantes. A Índia, notoriamente conhecida por crimes bárbaros relacionados a estupros, registrou somente dois por cada 100 mil habitantes. Porém, é preciso ressaltar que, naquela época, a lei indiana era mais permissiva e não enquadrava, por exemplo, estupros cometidos com o uso de objetos ou sexo oral forçado. Somente em 2013, após alguns episódios atroz de estupro coletivo seguido de

espancamento e morte, houve uma forte mobilização popular e a lei passou a ser mais abrangente.

As denúncias aumentaram, mas, mesmo hoje, a estimativa é de que apenas 6% desses crimes sejam comunicados à polícia, e, ainda atualmente, o sexo forçado entre marido e mulher não é considerado estupro naquele país. Já na Suécia, há uma preocupação em registrar todos os casos, inclusive aqueles cometidos por maridos e namorados. Além disso, quando uma vítima é abusada repetidamente pela mesma pessoa, como acontece com menores de idade dentro do núcleo familiar, cada episódio conta como mais uma ocorrência. A lei sueca tornou-se mais rigorosa desde 2005 e passou a abranger como estupro também a exploração sexual, ou seja, quando uma pessoa obriga outra a se prostituir ou quando, mesmo que não haja coerção, o indiciado obtém lucro a partir da exploração do corpo alheio. Em 2018, se a Suécia ainda apresentava um alto índice de violência sexual, também tinha uma taxa invejável de investigação: 95% dos incidentes delatados resultavam em inquéritos. Para efeito de comparação, a estimativa no Brasil é de que apenas 24% dos homicídios sejam investigados, e essa é a modalidade de crime que mais recebe a atenção da polícia.

Em 2018, o Brasil apresentou uma taxa de 31,7 casos de abuso sexual por cada 100 mil habitantes. Entretanto, se concentrarmos nossa atenção apenas naqueles em que as vítimas são do sexo feminino, essa proporção sobe para 53,4 a

cada 100 mil mulheres. Os estupros seguidos de morte também não costumam entrar nessa conta, porque acabam registrados como feminicídio. No levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança, apenas seis estados especificaram alguns eventos em que o estupro resultou na morte da vítima. Com isso, só se tem computadas, em 2018, dez vezes em que o estupro levou à morte.

Como acontece no Brasil, também em outros países os dados levantados sobre o tema podem apresentar informações discrepantes, inclusive algumas divulgadas até por uma mesma instituição. Nos Estados Unidos, desde 2013, o FBI divulga dois índices baseados em dois conceitos distintos. A noção mais antiga considera que há estupro quando existe o uso da força, ou seja, se o estuprador emprega violência física explícita para abusar da vítima. A mais recente abrange também casos em que a pessoa é forçada a consentir quando é ameaçada, e também se ela simplesmente desiste de lutar ou fica paralisada, em estado de choque, de forma que, em nenhuma dessas situações, a violência sexual deixa marcas aparentes. Levando em conta o conceito antigo, foram registradas quase 100 mil ocorrências no ano de 2018, uma taxa de 30,7 a cada 100 mil habitantes. Na definição recente e mais ampla, o número sobe para quase 136 mil casos, ou 41,7 por cada 100 mil habitantes.

Há ainda os países em que essa espécie de crime é usada como arma de guerra. Milícias, grupos rebeldes e mesmo forças de segurança de governos já foram denunciados pela ONU pela prática de estupros em massa em nações como Serra Leoa, Sudão, Afeganistão, Mianmar e Síria. Esse tipo de violação física em locais de conflito é uma das causas da atual crise dos imigrantes, em especial na Europa. Muitas famílias fogem de seus países por medo da violência sexual. O esforço para acabar com o estupro como estratégia de guerra fez com que o prêmio Nobel da Paz de 2018 fosse dividido entre a iraquiana Nadia Murad, ex-escrava sexual do Estado Islâmico, e o médico congolês Daniel Mukwege, fundador de um hospital em seu país especializado no atendimento a milhares de vítimas desse crime, que ainda é extremamente comum no Congo, e cujos culpados quase nunca são punidos. Por todas essas particularidades, é difícil dizer com clareza em que países a cultura do estupro é mais forte e onde esse crime é mais recorrente. No Brasil, é difícil até mesmo estabelecer uma comparação entre os estados.

A tabela a seguir resulta de um levantamento dos números de estupros e tentativas de violência sexual realizado em 2018 pelo Fórum de Segurança Pública divididos por cada um dos estados brasileiros. Constatamos que São Paulo apresentou o maior número de registros totais naquele ano: 12.836. O

Paraná vem em seguida, com quase a metade dessa quantidade, 6.898. Porém, se considerarmos o número de denúncias de acordo com o de habitantes, o campeão dessa triste estatística é o Mato Grosso do Sul, com 70,4 casos de estupro por cada 100 mil habitantes. O Piauí, onde as jovens foram abusadas, curiosamente apresenta uma das taxas mais baixas do Brasil em ambas as análises: em 2018 foram 751 casos absolutos e 23 por cada 100 mil habitantes.

Estupros e tentativas de estupro por estado brasileiro em 2018^[1]

Estado	Total	Taxa por cada 100 mil habitantes
Acre	292	33,6
Alagoas	688	20,7
Amapá	297	35,8
Amazonas	1.058	25,9
Bahia	3.121	21,1
Ceará	1.790	19,7
Distrito Federal	789	26,5
Espírito Santo	480	12,1
Goiás	3.077	44,5
Maranhão	1.189	16,6
Mato Grosso	1.802	52,4
Mato Grosso do Sul	1.934	70,4
Minas Gerais	5.346	25,4
Pará	3.655	42,9
Paraíba	235	5,9
Paraná	6.898	60,5
Pernambuco	2.522	26,6
Piauí	751	23
Rio de Janeiro	5.310	30,9
Rio Grande do Norte	295	8,5
Rio Grande do Sul	4.898	43,2
Rondônia	1.053	59,9
Roraima	253	43,9
Santa Catarina	4.138	58,5

São Paulo	12.836	28,2
Sergipe	542	23,8
Tocantins	792	50,9

Esses números, porém, estão longe de apontar quais estados são mais ou menos perigosos quando se trata de violência sexual. E não só por causa dos crimes que não são denunciados, mas também por variações decorrentes de especificidades em diferentes partes do país. As mudanças realizadas na lei penal brasileira em 2009 também produziram algumas distorções, já que há locais que assimilaram as novas regras melhor que outros. A nova lei, em vigor até hoje, tornou-se mais abrangente e passou a classificar como estupro todas as interações físicas não consentidas de teor sexual, incluindo crimes sexuais cometidos contra homens, já que, segundo a lei anterior, considerava-se que apenas vítimas do sexo feminino podiam sofrer esse tipo de abuso.

De fato, as mulheres são os alvos na maioria dos casos, mas muitos homens, especialmente meninos, são vítimas de violência sexual, e até 2009 nenhum caso contra pessoas do sexo masculino era registrado como estupro no Brasil. A mudança na legislação gerou um aumento no número de boletins de ocorrência nos estados onde os delegados de fato passaram a registrar corretamente os episódios de acordo com a nova norma.

Nove anos depois, em 2018, foi incluída na lei uma cláusula relacionada à importunação sexual, que passou a ser utilizada para casos de abuso sem violência física grave, como os acontecidos no transporte público. Portanto, há regiões do país que podem apresentar índices maiores da infração simplesmente porque registraram as ocorrências como crime de estupro, enquanto outros consideram como importunação sexual. E mais: mesmo com todas essas bem-vindas mudanças jurídicas, ainda há pelo país afora muitos delegados que seguem registrando estupros como “atentado violento ao pudor”, um conceito que nem existe mais na legislação nacional e, por isso, essas ocorrências acabam ficando de fora das estatísticas.

A despeito de particularidades locais, há alguns padrões que se repetem por todo o país: as maiores vítimas de estupro são mulheres menores de idade e os agressores são, em geral, seus conhecidos. De acordo com os registros de 2017 e 2018, 75,9% das vítimas têm algum vínculo com os estupradores. Eles podem ser pais, padrastos, tios, vizinhos, amigos. O maior perigo está quase sempre dentro de casa.

Pouco menos de um quinto dos abusados são do sexo masculino. Porém, um dado chocante em relação a esses casos é que, entre essa população, o maior índice de abusos acontece aos sete anos de idade. Já as mulheres compõem,

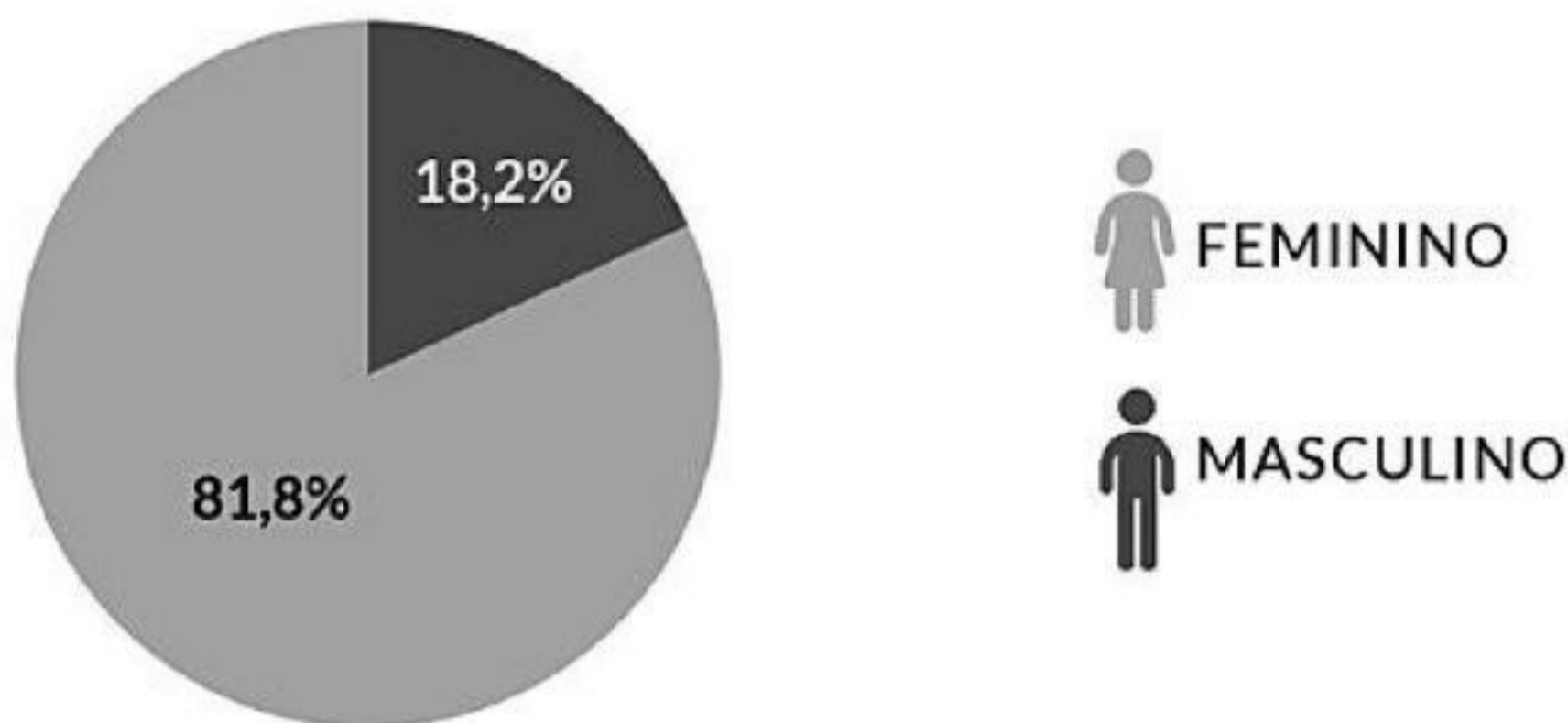
como já mencionado no início desta seção, a alarmante maioria entre as estatísticas, com 81,8%, e o grupo mais atingido entre todos é o de meninas entre dez e treze anos de idade.

O motivo de tanta crueldade contra os mais indefesos é exatamente a maior facilidade com que são dominados fisicamente, manipulados emocionalmente e intimidados com ameaças. Os casos patológicos de estupradores portadores do distúrbio da pedofilia — a atração sexual preferencial por crianças — são uma ínfima minoria. Esse altíssimo índice de menores violentados se deve a criminosos covardes, que não apresentam nenhuma doença psiquiátrica e que se aproveitam da fragilidade das crianças e, ainda, da facilidade de estarem com a vítima dentro de casa e do fato de terem autoridade sobre ela.

Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável no Brasil em 2017 e 2018^[2]



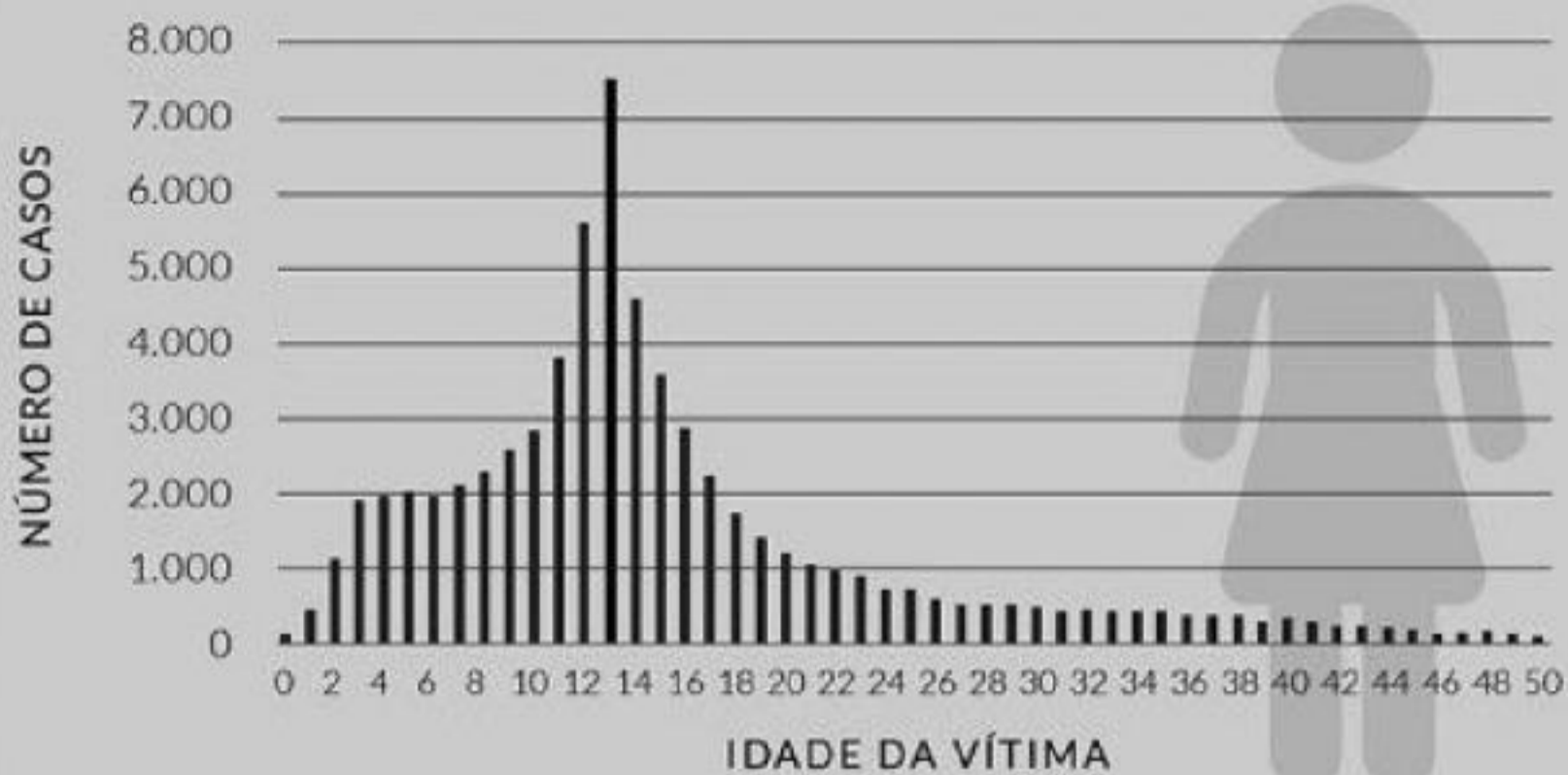
Distribuição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável segundo o sexo da vítima no Brasil em 2017 e 2018



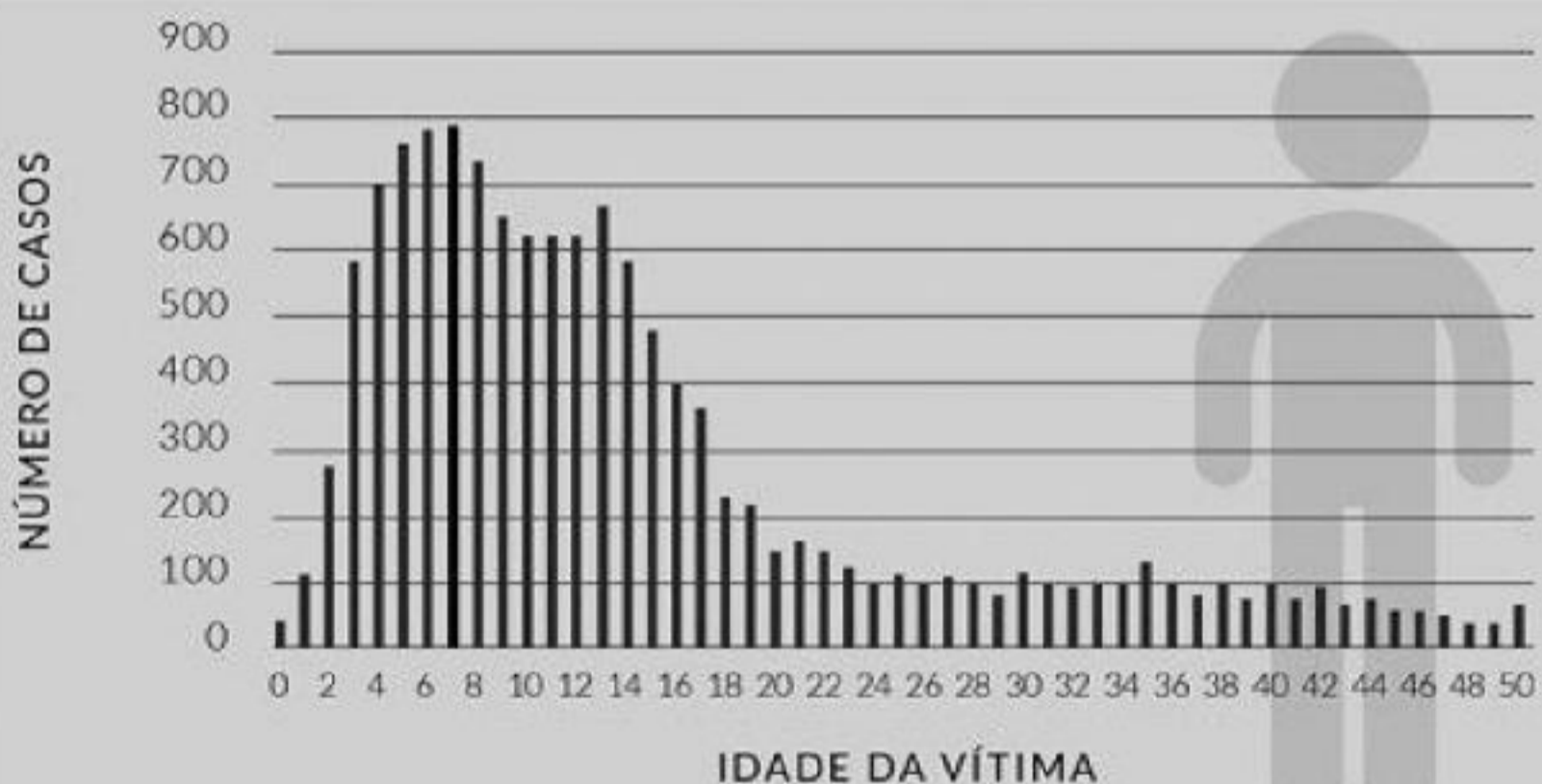
Os números escancaram a necessidade de orientar as crianças para que se protejam da violência sexual e a importância de treinar pais, professores e profissionais de saúde para reconhecer os sinais que as vítimas geralmente apresentam. Analisando essas estatísticas referentes a meninos e meninas, pouco mais da metade dos molestados (53,6%) tem no máximo treze anos. Ampliando um pouco mais a faixa etária, há 71,8% com até dezessete anos de idade, exatamente como as meninas do Piauí.

Vítimas de estupro no Brasil em 2017 e 2018, distribuição por sexo e idade

VÍTIMAS DO SEXO FEMININO, POR IDADE



VÍTIMAS DO SEXO MASCULINO, POR IDADE



Perto da casa de Jéssica, no Centro de Internação Provisória de Teresina, conversei com os três menores de idade que ainda

cumpriam medida socioeducativa acusados pelo estupro coletivo das quatro jovens em Castelo. O primeiro entra na sala pisando firme, senta-se na minha frente, olha nos meus olhos e encurta a entrevista: “Eu só tenho uma coisa a dizer aqui. Eu não sou estuprador, eu sou inocente. Só tenho isso a dizer.”

Os três nunca admitiram os crimes. A bem da verdade, nunca apareceram muitas provas concretas contra eles, apenas sendo encontrado nas vítimas material genético do adulto preso pelo crime, Adão José da Silva Sousa, e do menor Gleisson Vieira da Silva, o primeiro a atacar as meninas. Os três rapazes foram apreendidos após serem denunciados por Gleisson, o único que foi reconhecido pelas adolescentes. Foi então que ocorreu outro crime, que tornou mais difícil esclarecer o estupro.

Um dos agentes socioeducativos que estavam no Centro de Internação Provisória se lembra bem da noite em que tudo aconteceu:

“O caso estava sendo divulgado na TV, o pavilhão inteiro estava agitado. Os quatro disseram que queriam ficar juntos, que eram da mesma cidade, e estavam com medo de ser assassinados pelos outros menores.”

O crime de estupro é malvisto nas unidades prisionais. Os acusados sempre têm que ficar isolados dos demais presos, pois correm risco de morrer. Com esse argumento, ficaram todos na mesma cela, o que significou deixar o acusador junto

com os três acusados, um erro absurdo e suspeito. Os três mataram Gleisson, então com dezessete anos, logo na primeira noite de internação.

O segundo adolescente a ser apreendido me diz que eles eram inimigos de Gleisson e que, por isso, foram envolvidos por ele no caso:

“A gente já tinha treta de rua com o Gleisson, a ponto de não poder se encontrar. Por isso, ele colocou a gente nesse bagulho. Ele não fez aquilo sozinho, fez com outras pessoas, e botou nossos nomes para livrar os outros caras. Aí, na cela, a gente começou a discutir, e perguntamos por que ele mentiu. Na hora, o ódio tomou conta de nós três.”

Ao que o terceiro adolescente completou:

“Nós *tava* querendo a verdade, que a gente sabia a verdade, e ele mentindo, ele só colocava o nome do traficante, do Adão. Nós *tava* querendo saber só a verdade, ele não disse. Aí, *perdemo* a cabeça e *executamo* ele.”

Gleisson foi espancado até a morte.

Os menores recolhidos já tinham cometido outros delitos, como furtos e roubos. Quando estive com os três, dois anos depois do crime, já não ficavam mais na ala reservada para estupradores.

“Eu hoje tô na ala normal”, contou um dos rapazes. “O povo aí fora pensa que eu tô pagando por estupro, mas só tô aqui por causa da morte do Gleisson.”

Na verdade, os menores foram condenados a cumprir internação por quatro estupros, três tentativas de homicídio e dois assassinatos, o de Gleisson e o de Danielly — sendo esses dois os únicos nomes verdadeiros que uso neste relato. Como ambos estão mortos, suas identidades foram divulgadas pela polícia.

A investigação foi concluída, mas ainda restaram dúvidas. Os menores de idade acusam um policial de ser o mandante do crime, dizem que ele já estaria por trás de outros episódios de violência na cidade, com a intenção de causar o caos para vender os serviços de uma empresa de segurança. Isso é algo que se comenta em Castelo, mas que nunca foi apurado.

Se os números sobre as vítimas de estupro já carecem de precisão, as estatísticas sobre os estupradores presos — ou sobre os encaminhados para os centros de internação socioeducativos, no caso de menores de idade — são ainda mais imprecisos. Não há nenhuma informação sobre a média de idade ou a escolaridade dos agressores. Até mesmo o número absoluto de estupradores que estão cumprindo pena atualmente não é atualizado.

No caso dos jovens infratores, o último levantamento do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos sobre a quantidade de jovens que estavam sob medidas restritivas e de privação de liberdade foi realizado em 2016. Naquele ano, 26.450 menores infratores estavam sendo ressocializados nas unidades de internação espalhadas pelo país, sendo que 1% deles era acusado do crime de estupro.

Entre os adultos, em 2018, o Departamento do Sistema Penitenciário computou um total de 743.218 presos, indiciados por todos os tipos de crime. Os acusados de estupro somavam 17.704 — cerca de 2,4% da massa carcerária —, dos quais 14.407, ou seja, a maioria, foi condenada por estupro de vulnerável, que é quando o agredido é menor de catorze anos, mas que se aplica também a pessoas com problemas mentais ou que, de alguma outra maneira, não podem se defender (pessoas que estejam inconscientes, por exemplo).

Somente pelos dados coletados das vítimas é possível traçar um perfil aproximado de quem são esses agressores, ressaltando que, em decorrência da grande quantidade de abusos sexuais que não são denunciados, a maior parte dos estupradores não chega nem a ser indiciada. Mesmo assim, um estudo feito pelo Ipea, em 2014, baseado nos registros de atendimento na rede pública de saúde, mostra que, pelos relatos, 24% dos estupradores de crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32% são amigos ou conhecidos, ou seja, homens que costumam atacar dentro de casa. Já dentre as

vítimas adultas, os abusadores desconhecidos, aqueles que agem na rua, são 60%, ou seja, a maioria. Ainda pelos relatos de quem sofreu estupro, podemos saber que a imensa maioria, ou 85% dos agressores, age sozinha, usando principalmente a força corporal, o espancamento e as ameaças. O uso de armas de fogo ou facas aumenta conforme as vítimas são mais velhas.

A falta de números é reflexo da pouca importância que se dá ao combate à violência sexual. Entretanto, a culpa para esse descaso não é apenas das autoridades, mas se explica também pelo silêncio de toda a sociedade em torno do tema. As famílias não tocam no assunto por constrangimento ou receio, apesar de a maior parte dos casos ocorrer dentro de casa. Mesmo assim, os demais membros do núcleo familiar preferem desviar os olhos e fingir que não sabem de nada. Em geral, as pessoas escolhem não falar sobre o tema, e as instituições públicas, seja a polícia, a justiça ou as unidades de saúde, na maioria das vezes, não oferecem o apoio devido — e garantido por lei — a quem sofre e à sua família.

Para as sobreviventes do caso do Morro do Castelo, restaram um trauma gigantesco e muitas sequelas práticas. Jéssica, o irmão e os pais tiveram a vida totalmente modificada depois do crime. Ela já não conseguia mais ficar na mesma cidade pequena onde tudo aconteceu, tinha medo e sofria constrangimento por causa dos olhares e dos comentários dos

moradores. A família teve, então, que se dividir. O irmão ficou com o pai em Castelo, por causa do trabalho, e Jéssica se mudou com a mãe para Teresina, onde alguns colégios particulares lhe ofereceram bolsas de estudo após a grande repercussão do acontecido. Ela escolheu a escola em que constatou não haver ninguém com parentes em sua cidade natal, para não ser apontada e estigmatizada por causa da história.

Apesar de todo o sofrimento, encontrei Jéssica bem, preparando-se para as provas do Enem, namorando um amigo que a ajudou muito a lidar com o trauma na época do crime. Fiquei surpresa e feliz ao ver a força dela e da mãe para seguirem em frente depois de tanta brutalidade. Há vítimas que nunca se recuperam, que não conseguem engatar relacionamentos com um homem, ou, ao contrário, desenvolvem uma sexualidade exacerbada e sem muito controle. Há ainda as que se envolvem com drogas, as que ficam agressivas, as que desenvolvem depressão, como em vários casos relatados nas páginas a seguir. Jéssica, porém, estava sorridente, vivendo uma rotina tranquila, com a saúde recuperada e cheia de planos para o futuro.

“Meu sentimento em relação ao que aconteceu foi mudando”, ela me contou. “Eu já tô há dois anos estudando aqui, tive uma experiência de vida que vou levar para sempre. Já tive muitas bênçãos, já tive oportunidade de tanta, mas

tanta coisa mesmo, depois do que aconteceu, que não dá para guardar mágoas, não.”

Em 2019, obtive mais notícias de Jéssica. Ela entrou para a faculdade de Serviço Social, trocou de namorado, casou-se, estava feliz com a primeira gravidez e voltou a morar em Castelo. Os três menores que cumpriram pena pelo crime também voltaram para a cidade. Foram hostilizados pela comunidade e dois deles mudaram-se para Teresina. O outro ficou na cidade, e Jéssica já cruzou com ele na rua:

“Eu o vi de passagem, mas Deus me deu o grande dom do perdão. Olhei para ele e não senti mais nada. Até tenho medo, afinal, não sei o que pode passar na cabeça dele, mas não senti raiva. Sempre quis saber qual seria minha reação ao vê-los. Sempre falei que não ia guardar rancor de nenhum deles e, para que eu vivesse bem, iria perdoá-los.”

Ela teve atendimento psicológico adequado, muito apoio de amigos, uma família estruturada e carinhosa e a torcida da opinião pública. Não que essa seja a regra ou uma receita infalível. Às vezes, nem todo o suporte funciona, e, mesmo para Jéssica, um ressentimento ficou, e o mais curioso: a mágoa que ela ainda admite ter não é contra os estupradores:

“Tenho sim um pequeno sentimento ruim dentro de mim, por causa de uma vez que eu estava chegando da escola e recebi uma ligação do promotor que cuidava do caso. Nossos celulares foram encontrados, e ele queria saber as senhas. Foi quando perguntou: ‘E vocês foram lá realmente só pra tirar

foto?'. Nunca me esqueci daquele tom dele. Acho que, se ele tivesse falado essas palavras em um tom normal, tudo bem, mas não foi assim. Fiquei com tanta raiva que joguei longe umas mudas de plantas que estava segurando e comecei a gritar: 'Olha, escute só uma coisa: em momento algum, nunca, em nossa vida, a gente ia pedir para alguém fazer isso! E se fôssemos pedir, não ia ser a esse nível, não. Todo mundo está sofrendo, inclusive mudamos toda a nossa vida por causa do que aconteceu'. Aí ele falou: 'Calma, eu tô só perguntando'. E eu: 'Mas essa pergunta aí não era para ser feita para a gente'."

Nas muitas conversas que tive com inúmeras pessoas que sofreram abuso sexual, relatos como o de Jéssica são recorrentes. É algo tão comum que chega a surpreender. A raiva do estuprador pode até ser atenuada com o tempo, mas, quando o ataque vem de pessoas que deveriam zelar por quem sofreu, a revolta permanece para sempre, e esse é um comportamento comum nas nossas instituições. Há o promotor que desconfia, o policial que debocha, o juiz que invalida a palavra da vítima.

Jéssica, com seus quinze anos na época, ainda conseguiu responder à altura, o que nem sempre acontece. A atitude dela é mais uma demonstração da mesma força que a fez ser capaz de se recuperar de um crime tão absurdo. Quem sofreu estupro, porém, em geral se sente frágil e não consegue reagir bem a mais essa violência.

CAPÍTULO 2

QUEM VAI ME APOIAR AGORA?

ESTOU NO MEIO DA TARDE, numa mesa isolada de um clube, esperando para me encontrar com Fernanda, que cresceu em Peruíbe, uma cidade pequena e turística do litoral do estado de São Paulo, com cerca de 60 mil habitantes. Ela chega agarrada a um maço de papéis, que fico sabendo ser o processo sobre o estupro que ela sofreu naquele município, quando tinha dezessete anos. Antes mesmo de começar a me contar tudo pelo que passou, está ansiosa para me mostrar a sentença da segunda instância da Justiça, que, depois de dez anos, reformou a decisão da primeira instância e finalmente condenou seu agressor.

“Meus pais moravam em um lugar meio afastado do centro, onde há as casas de veranistas; durante o ano inteiro, os bairros ficavam vazios e só lotavam nas férias de verão. Um dia, eu saí

de bicicleta pra ir à academia e fui abordada por um sujeito, que gritou comigo falando que era um assalto. Achei aquilo a coisa mais normal do mundo, porque é comum roubarem bicicleta em Peruíbe, ainda mais na ciclovia. O incomum é que ele estava sozinho, e de bicicleta.”

Apesar da estranheza da situação, Fernanda nem sequer imaginava o que estava prestes a acontecer. O homem a ameaçou: “Não grita, não fala nada. Não vai te acontecer nada, não vou deixar ninguém te fazer mal, isto aqui é um assalto. Sobe a rua”. Ela achou, em um primeiro momento, que aquela ordem fazia sentido: “Imaginei que devia ter mais gente esperando para pegar a bicicleta. A ideia era sair da orla da praia para ninguém ver o assalto. Então, subi a rua de bicicleta com o homem, que falava que tinha outras pessoas com ele, mas que não ia deixar ‘ninguém me fazer mal’. Ele me passou aquela sensação de amizade, de proteção, então pensei: *É um assalto, nada além disso. Está tudo bem, vou entregar a bicicleta para quem quer que seja, mas comigo, com a minha integridade, não vai acontecer nada.* Isso me deixou menos tensa e passei a responder mais ao que ele me pedia. Pensei que a situação estivesse sob controle, e que não havia com o que me preocupar. Não ia reagir, para não apanhar por causa de uma bicicleta”.

Porém, quando eles chegaram ao fim da rua, a conversa começou a ficar confusa. Fernanda disse para o homem: “Olha, fica com tudo que eu tenho aqui, pode levar minha

bicicleta, minha bolsa, o que você quiser”. Mas ele passou a alegar que não era só isso, que a garota havia invadido uma espécie de “área reservada”, e balbuciava umas palavras que ela, muitas vezes, não compreendia. O homem voltou a afirmar que havia outras pessoas com ele, e que a garota não deveria reagir.

Ela começou a ficar com medo e a pensar: *Para onde eu vou fugir? Será que se eu subir aquela rua vai ter alguém lá para me espancar? O que eu faço agora?* O homem, por sua vez, insistia: “Não vai te acontecer nada. Você vai dar umas explicações e depois vai embora”. Ela, porém, já procurava um jeito de escapar. Estava com muito medo de apanhar, de sair machucada, pois o bandido era muito maior que ela. Seguiram para uma rua onde havia uma única casa, para dentro da qual o homem empurrou a menina, levando-a para os fundos. Ele permanecia sempre atrás dela, assumindo uma posição de controle. Não havia escapatória. Ela pensava: *Reagir vai ser pior, ele vai acabar me estrangulando, não tem ninguém aqui. Só quero sair viva dessa situação.*

Era uma casa de veraneio que estava largada, com o portão aberto e, nos fundos, havia um quintal pequeno, onde a jovem viu três barras de ferro e restos de comida, o que indicava que alguém frequentava o local na ausência dos proprietários.

“Ele me violentou lá e não tive como reagir”, contou ela. “E, se eu reagisse, ia ser uma coisa burra. Eu poderia ficar com traumas, poderia ser morta, e a única coisa que eu queria era

sair de lá para ver minha família e as pessoas que eu amava de novo. Eu só pensava que, o que quer que fosse acontecer, que acontecesse rápido. Que ele me estuprasse depressa, ou, se fosse me matar, que me matasse rápido também.”

Depois do estupro, o bandido pegou o pouco dinheiro que a adolescente tinha, o celular, levou a menina até uma das avenidas principais da cidade e a soltou. Ela lembra: “Nessa hora, tive uma sensação até boa e pensei: *Minha vida vai recomeçar, estou viva*. Depois, fiquei confusa. A primeira coisa que quis fazer foi contar para meu namorado, alguém em quem eu confiava para falar uma coisa dessas. Não queria dizer para a minha mãe, preferia meu namorado, com quem eu já tinha uma vida sexual”.

Foi para a casa do namorado, mas ele não estava lá. Então, ligou para a mãe e disse que tinha sido assaltada. Não teve coragem de falar toda a verdade por telefone. Ao chegar e finalmente saber do estupro, a mãe se desesperou: “Quando eu falei ‘Mãe, fui violentada’, ela começou a gritar e a puxar meus cabelos, quase os arrancando: ‘Eu te falei, eu te falei pra você não andar sozinha, pra você não sair por aí de bicicleta!’. Meu Deus do Céu, eu quase fui escalpelada, mas só estava andando de bicicleta, fazendo o que todo adolescente, ou qualquer menina da minha idade, fazia”. Sim, Fernanda estava somente fazendo o que todo adolescente deveria ter o direito de fazer, e em paz. O estuprador agiu em uma ciclovía, em uma área movimentada da cidade, e às três e meia da tarde.

A jovem foi logo levada pela mãe para o ginecologista que frequentava. O médico perguntou se ela tinha sangramento ou dores. Não tinha. Disse então que não poderia examiná-la, para não atrapalhar o exame de corpo de delito. Ela e a mãe seguiram para a delegacia da cidade, e então começou uma dolorida *via crucis*, que a esmagadora maioria das vítimas de estupro enfrenta quando decide denunciar:

“Tomei um chá de cadeira, até que a delegada finalmente me atendeu. Conteí o que havia acontecido e, quando saí da sala, já estavam lá meu namorado — que estava com a mão sangrando por ter dado um murro na parede — e toda a minha família. De lá, falaram que deveríamos ir para o Instituto Médico Legal. A polícia recomendou que eu primeiro passasse por todos os procedimentos para o registro do caso, antes até de trocar de roupa. Porém, em Peruíbe não tem IML, então tivemos que ir a uma cidade vizinha, que fica a mais ou menos cinquenta quilômetros, uma distância razoável. Meus pais têm carro, mas, e se não tivessem? Não haveria exame de corpo de delito. Quando chegamos, já era por volta de sete horas da noite (e o fato aconteceu umas três e meia da tarde!). O médico-legista não estava lá, mesmo tendo sido avisado de que estávamos a caminho. Não quis esperar e saiu para jantar. Aguardamos no carro por um tempão, até ele voltar. Quando o legista finalmente chegou, meu alívio de poder seguir adiante com os procedimentos durou pouco.”